



## **JURA ESALQ: 10 anos de debates agrários em um dos principais berços acadêmicos do agronegócio brasileiro**

*JURA ESALQ: 10 years of agrarian debates in one of the main academic cradles of Brazilian agribusiness*

SANTOS, Mayara R. A.<sup>1</sup>; MARCHETTI, Fábio F.<sup>2</sup>; GUEDES, Thayná C. B.<sup>3</sup>;  
PANZARIN, André R.<sup>4</sup>; CARNEIRO, Gabrielle F.<sup>5</sup>; AFONSO, Henrique M.<sup>6</sup>;  
MORUZZI MARQUES, Paulo E.<sup>7</sup>

<sup>1</sup>Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ), Universidade de São Paulo (USP), mayara.araujo.santos@usp.br; <sup>2</sup>ESALQ, USP, fabio.marchetti@usp.br; <sup>3</sup>ESALQ, USP, thayna.guedes@usp.br; <sup>4</sup>ESALQ, USP, andrepanzarin@usp.br; <sup>5</sup>ESALQ, USP, gabrielle.ferrer@usp.br; <sup>6</sup>ESALQ, USP, hmafo@usp.br; <sup>7</sup>ESALQ, USP, pmarques@usp.br

### **RELATO DE EXPERIÊNCIA TÉCNICA**

#### **Eixo Temático: Educação em Agroecologia**

**Resumo:** A Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, a ESALQ, encontra-se desde a sua criação umbilicalmente ligada ao modelo de produção do agronegócio latifundiário. Nesse sentido, o acontecimento da Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária, a JURA, no campus, é de grande importância e representatividade, possibilitando o fomento e discussão de temas associados à reforma agrária e agroecologia, além de aproximar os movimentos sociais da universidade pública. O presente relato destaca as principais experiências ao longo de 10 anos de JURA ESALQ, os frutos colhidos e as sementes plantadas em um espaço extremamente conservador, representando resistência e luta por uma agricultura com foco no desenvolvimento de agroecossistemas resilientes, saudáveis e socialmente justos.

**Palavras-chave:** reforma agrária; universidade pública; agroecologia; ESALQ; USP.

#### **Contexto**

Foi no 2º Encontro Nacional dos Professores Universitários com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), realizado em 2013 na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), que germinou a ideia da Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária, a JURA. As universidades que contavam com núcleos de apoio ao MST, centros de pesquisa, grupos de trabalho em reforma agrária ou outros instrumentos em defesa dos movimentos sociais do campo, da reforma agrária e do socialismo se comprometeram a organizar atividades durante as jornadas de luta do mês de abril. O período foi definido para dialogar com as atividades em memória do dia 17 de abril, data do massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido em 1996, resultando na morte de 19 trabalhadores sem-terra (MST, 2018).

As JURAs evidenciam o debate fundamental da questão agrária e, portanto, da luta pela reforma agrária, no terreno conflituoso e contraditório da luta de classes. A questão da terra está na base da contradição do capitalismo e se reproduz conforme a relação de forças político-econômicas mundiais, associada aos interesses de agentes poderosos de mercado. Assim é possível compreender o processo de exclusão de milhões de pessoas, muitas ainda hoje escravizadas,



utilizadas para reproduzir a riqueza estocada e concentrada nas mãos de poucos (OLIVEIRA, 2007; THOMAZ JR, 2015). A não realização da reforma agrária perpetua tal estrutura, elemento central para a formação das classes sociais e dinâmica do modo de produção capitalista no Brasil (COSME, 2020).

As JURAs representam um espaço que permite ampliar a compreensão e o debate com a sociedade sobre temas relacionados à questão agrária, discutindo especialmente a proposta do MST de reforma agrária popular. Desta forma, trata-se de permitir uma aproximação de um público diverso com os desafios da situação agrária brasileira, bem como o aprofundamento da reflexão sobre projetos de reforma agrária, a partir da luta social pela democratização da terra, pelo acesso ao crédito agrícola, pelo fortalecimento das políticas públicas destinadas à agricultura familiar, pela conservação ambiental e pela disseminação da agroecologia como matriz produtiva. Nesta ótica, é através da reforma agrária popular que se inicia um processo de transformação estrutural da sociedade brasileira.

A Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ) foi inicialmente idealizada em 1881 por Luiz Vicente de Souza Queiroz, membro da então elite agrária, a qual possuía elevado interesse em substituir a mão de obra escravizada por assalariada, capaz de se moldar à “reforma da agricultura”, com sua tecnificação (LOURENÇO, 2001). Nesse quadro, junto a outros latifundiários, organizados na Associação “Brazilian Gentleman”, Queiroz inicia a construção da escola agrícola, visando elevar a produção e exportação de *commodities*, interesse comum à toda a classe ruralista.

Por falta de recursos por parte da Associação, o projeto de construção da escola foi estatizado. No entanto, as motivações permaneceram as mesmas, uma vez que o poder da elite agrária se estendia ao campo político (MOLINA, 2016).

A inauguração desta escola ocorreu somente em 1901, sob imposição do Secretário da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, em função da lei de Serviço Agrônomo de 1899. Esta, determinava o investimento em pesquisa e educação agrícola, em resposta às vontades da classe dominante paulista (PERECIN, 2004).

A criação da ESALQ ocorreu no bojo das demandas da aristocracia rural brasileira e, portanto, a serviço de um modelo de produção monocultor e destruidor da natureza. Tal característica perdura até os dias atuais, com o recebimento de investimentos de grandes empresas do setor agroquímico ou da Fundação Rockefeller, mostrando o comprometimento com o projeto de país da elite, cuja base é a monocultura para exportação, enquanto a fome ainda é um fenômeno intrínseco ao Brasil (MOLINA, 2016).

Em função deste desequilíbrio evidente, a realização da JURA cumpre um objetivo dos mais pertinentes de difundir outras formas de produção e ocupação do meio rural, que não perpassam pela degradação ambiental e opressão de trabalhadores, mas com foco no desenvolvimento de agroecossistemas resilientes e saudáveis, direcionados à soberania e segurança alimentar brasileira.



Para a realização das JURAs, o MST propõe anualmente uma série de temáticas para a construção das programações. Com este Norte, a organização local define temas pertinentes a sua realidade, construindo assim uma série de atividades teóricas e práticas. Ao longo dos anos, essas atividades envolveram mesas redondas, aulas públicas, palestras, mutirões e vivências em acampamentos e assentamentos, oficinas, feiras, exposições fotográficas, jogos, premiações e festas.

O evento tem início com as mesas de análise de conjuntura e segue com uma diversidade de espaços com os temas mais recorrentes, entre eles, destacam-se projetos de reforma agrária, agroecologia, agricultura familiar, agronegócio, concentração fundiária, papel do Estado, movimentos sociais, criminalização destes últimos, violência no campo, segurança e soberania alimentar, territorialidade indígena e mudanças climáticas. É importante destacar a realização de atividades práticas, como a Oficina da Lona Preta, as feiras e os mutirões no assentamento Elizabeth Teixeira, em Limeira/SP, e no acampamento Marielle Vive, em Valinhos/SP. A condução dos espaços ocorre com a mediação de alunos e professores da ESALQ, com grande participação de integrantes e lideranças dos movimentos sociais, assegurando protagonismo daqueles e daquelas envolvidas diretamente na luta.

### **Descrição da Experiência**

**Professor Paulo Kageyama e as primeiras edições da JURA ESALQ:** Durante o 5º Congresso Nacional do MST, em fevereiro de 2014, em Brasília, o Professor Paulo Yoshio Kageyama tomou conhecimento da proposição de um maior engajamento das universidades em defesa da reforma agrária e do movimento social pela democratização do acesso à terra. Segundo palavras do próprio Kageyama, foi durante este encontro que os acadêmicos presentes se comprometeram em construir eventos que abrissem espaço ao tema em suas universidades. Paulo foi aluno de engenharia agrônoma da ESALQ, turma de 1965, e se tornou professor em 1977. Conhecia muito bem as raízes e estruturas aristocráticas do *campus*, assinalando que, dos cerca de 210 docentes, mais de 90% desenvolviam ensino, pesquisa e extensão voltados ao agronegócio. Kageyama desenvolveu um longo histórico de trabalho em favor da biodiversidade nacional, da agroecologia e da agricultura familiar, sendo respeitado tanto por setores do agronegócio quanto dos movimentos sociais do campo.

Assim que retornou do referido Congresso, Kageyama reuniu os grupos da ESALQ com alguma afinidade ao tema, sobretudo o Núcleo de Agroecologia Nheengatu<sup>1</sup>, para organizar a primeira JURA ESALQ, que aconteceu em abril de 2014, após dois meses da divulgação da iniciativa. Kageyama coordenou ainda mais duas edições, em 2015 e 2016, junto ao NACE-PTECA e a Oca, até seu falecimento em 17 de maio de 2016, um mês após realização da III JURA ESALQ. As demais edições da JURA ESALQ foram organizadas basicamente pelos mesmos coletivos, com poucas

---

<sup>1</sup>Grupo de Extensão de São Pedro (GESP), Grupo Territorialidade Rural e Reforma Agrária (TERRA), PET-Ecologia, Laboratório de Educação e Política Ambiental (Oca), Núcleo de Apoio à Cultura e Extensão em Educação e Conservação Ambiental (NACE-PTECA).



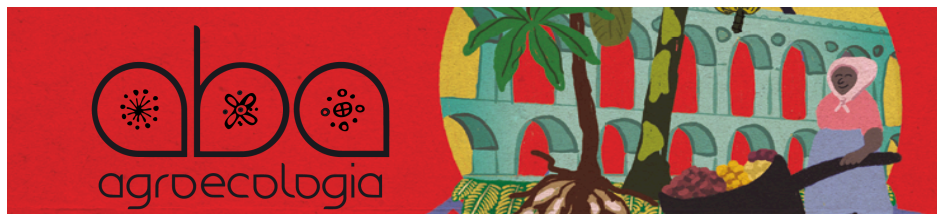
variações e destaque para os apoios da Associação dos Docentes da USP (ADUSP).

**Triagem Ideológica:** A IV JURA ESALQ, em 2017, promoveu um embate político de notoriedade nacional e internacional, devido à realização de uma oficina denominada “Barraco de Lona”, com convidados do MST, cujo objetivo foi realizar uma roda de conversa sobre a vida das famílias acampadas na luta pela reforma agrária. O local escolhido para a oficina foi o gramado central da ESALQ, em frente ao Prédio Central, espaço de poder político e identitaríssimo, com símbolos que marcam o posicionamento histórico da instituição em favor do agronegócio. O evento gerou uma calúnia interna fantasiosa de que o MST teria “invadido” a ESALQ, denúncia que levou a diretoria do *campus* a abrir uma sindicância contra o professor Marcos Sorrentino, então coordenador da Oca e membro da Comissão Organizadora da JURA ESALQ.

Após ampla cobertura do caso pela ADUSP, da qual Sorrentino era diretor regional, e outras mídias, tanto na academia quanto na sociedade em geral, multiplicaram-se os apoios ao professor. Uma nota “em defesa da democracia, da agroecologia e da reforma agrária e de repúdio ao cerceamento da livre expressão” foi assinada por 270 entidades diversas, nacionais e internacionais.

Em resposta à sindicância, em novembro de 2017, aproximadamente 300 pessoas lotaram o Anfiteatro da Engenharia da ESALQ para prestigiar o evento “Universidade como patrimônio público a serviço da sociedade: reforma agrária, agricultura familiar, agroecologia e liberdade de expressão”. Sorrentino insistiu na ideia de que a sindicância representava uma “triagem ideológica” e comparou a situação na qual era denunciado com aquela de eventos de empresas do agronegócio que são calorosamente acolhidos pela instituição, como, por exemplo, a ESALQShow. Durante o evento, aproveitou para anunciar o lançamento do “Prêmio Paulo Kageyama de Agricultura Familiar, Reforma Agrária e Agroecologia”, que passaria a compor as programações da JURA ESALQ a partir do ano seguinte. A sindicância foi arquivada em 2019, concluindo que houve erro procedimental para realizar a atividade e que orientações seriam repassadas para os próximos eventos, sem resultar em processo disciplinar.

**Prêmio Paulo Kageyama:** O “Prêmio Paulo Kageyama de Agricultura Familiar, Reforma Agrária e Agroecologia” homenageia o renomado professor ao reconhecer e valorizar pessoas com notável engajamento nos temas em destaque. Desde 2018, foram premiadas 22 pessoas, entre acadêmicos e militantes da reforma agrária e da agroecologia, em quatro edições, prezando pela paridade de gênero e reconhecimento de personalidades com trabalhos relevantes em suas áreas de referência (Tabela 1).



**Tabela 1.** Personalidades que receberam o “Prêmio Paulo Kageyama de Agricultura Familiar, Reforma Agrária e Agroecologia”.

Edição	Premiados
2018	Ana Maria Primavesi (UFSM), Adilson Dias Paschoal (ESALQ), Elisabeth Altino Teixeira (Liga Camponesa), Luiz Carlos Pinheiro Machado (UFRGS), Ondalva Serrano (Militante Agroecologia) e Oriowaldo Queda (ESALQ)
2019	Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco (UNICAMP), Plínio de Arruda Sampaio (ABRA), Rodolfo Hoffmann (ESALQ) e Eunice Pimenta (MST)
2022	Lisete Regina Gomes Arelaro (USP), João Paulo Rodrigues (MST), Kelli Cristine de Oliveira Mafort (MST), Sônia Guajajara (APIB), João Dagoberto dos Santos (ESALQ), Luiz Hirata (Direitos Humanos)
2023	Ademir de Lucas (ESALQ), Marcos Sorrentino (ESALQ), Miriam Nobre (SOF), Maria Elisa de Paula Eduardo Garavello (ESALQ), Maria Alves da Silva (MST), Lucineia Durães do Rosário (MST)

**Frente de defesa democrática Luiz Hirata:** A JURA também foi lugar de ações simbólicas. Em 2022, as homenagens a Luiz Hirata, cujo nome identifica formalmente desde então o Centro de Vivências (CV) da ESALQ, marcam sua nona edição. Desde 2010, o CV é conhecido por este nome, do esalqueano perseguido, preso e assassinado pela ditadura. Em 2021, a Frente de Defesa da Democracia Luiz Hirata, reunindo entidades representativas dos docentes, funcionários e estudantes da ESALQ, conseguiu oficializar essa identificação no Conselho Universitário da USP. A cerimônia de instalação de placa de registro formal, ocorreu numa atividade da JURA, com testemunhos da ação e do sofrimento de Luiz Hirata. O documento de solicitação de seu nome para o CV salienta que Luiz Hirata foi assassinado pela ditadura militar por ser considerado inimigo interno em razão de agir por uma sociedade justa e fraterna.

### Considerações finais

A JURA acontece na ESALQ desde 2014, primeiro ano das JURAs em todo o Brasil, e se manteve ano após ano, mesmo durante a pandemia de COVID-19, completando 10 edições ininterruptas em 2023. O simbolismo da JURA acontecer ao longo de 10 anos na centenária ESALQ, umbilicalmente ligada ao agronegócio, é bastante emblemático, abrindo espaço e marcando posicionamento para que as questões agrárias sejam debatidas e aprofundadas junto ao público acadêmico e à sociedade como um todo.

As primeiras edições consistiram em programações mais simples, com palestras e rodas de conversa, assemelhando-se a eventos de formato estritamente acadêmico. Porém, com o passar das edições, as comissões organizadoras, compostas principalmente por grupos de agroecologia e entidades do movimento estudantil, investiram na realização de espaços em múltiplos formatos, como rodas de conversa, oficinas e vivências práticas em territórios de reforma agrária. Além desta mudança, com objetivo de se fortalecer o diálogo de saberes e tornar mais concreta



as discussões acerca das temáticas em questão, buscou-se maior participação popular de assentados e assentadas da reforma agrária, bem como de lideranças indígenas. Destaca-se que na última edição do evento, um aspecto inédito que foi avaliado de maneira positiva foram espaços culturais, como uma roda de maracatu rural e oficina de grafismo indígena. Apesar desses avanços, com programações cada vez mais diversas para a construção de um evento de caráter acadêmico e popular, constata-se a pertinência de maior atenção a questões de gênero e de etnia na programação e participação de convidados, com o objetivo de ampliar a pluralidade e se distanciar da caracterização de eventos acadêmicos do agronegócio e da elite agrária brasileira, que reproduzem a cultura heteropatriarcal.

A JURA ESALQ também tem sido palco para o questionamento da falta de quadros docentes e técnicos destinados aos temas da agricultura familiar, agroecologia, sociologia e extensão rural. Apesar da ESALQ se aproximar das agriculturas regenerativas, continua a favorecer o modelo hegemônico de produção agrícola sustentado pelo latifúndio socialmente excludente e as tecnologias ambientalmente degradantes.

Por fim, é importante ressaltar seu papel no engajamento de estudantes e pesquisadores em projetos de pesquisa e extensão em agroecologia e sistemas agroflorestais, junto às cooperativas em assentamentos rurais ligados ao MST. Esse processo contribui para o fortalecimento da reforma agrária popular, a partir da formação de profissionais comprometidos com as demandas sociais e modelos de produção mais inclusivos, que valorizem a agrobiodiversidade, os bens naturais, os sistemas de crenças, práticas e tecnologias camponesas, bem como suas formas de organização comunitária e política.

#### **Referências:**

COSME, C. M. A burguesia latifundista não abre mão do monopólio da terra no Brasil: a perpetuação da concentração fundiária revelada pelo Censo Agropecuário 2017. **Revista Da Geografia Do Trabalho**, v. 21, n. 1, p. 84–109, 2020.

**MST. Universitários de todo país participam da jornada universitária em defesa da reforma agrária.** Publicado em: 18 de abril de 2018. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2018/04/18/universitarios-de-todo-pais-participam-da-jornada-universitaria-em-defesa-da-reforma-agraria.html>>. Acesso em: 06 jun. 2023.

OLIVEIRA, A. U. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária.** São Paulo: FFLCH/Labur Edições, 2007.

THOMAZ JR, A. **Questão agrária, luta de classes e trabalho no Brasil (diálogo polêmico e necessário).** Revista Pegada. Presidente Prudente, v. 16, n. 2, 2015.

MOLINA, R. S. **Ditadura, agricultura e educação: a ESALQ/USP e a modernização conservadora do campo brasileiro (1964 a 1985).** *Geminal: marxismo e educação em debate*, [S. l.], v. 9, n. 3, p. 392, 2017.



PERECIN, Marly Therezinha Germano. **Os Passos do Saber: a Escola Agrícola Prática Luiz de Queiroz.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

LOURENÇO, Fernando Antônio. **Agricultura ilustrada: liberalismo e escravismo nas origens da questão agrária brasileira.** Campinas, SP: UNICAMP, 2001.